

são as actualmente vigentes para os funcionários da Administração Pública.

7 — Requisitos de admissão ao concurso:

7.1 — Requisitos gerais — são os previstos no n.º 3 do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 437/91, de 8 de Novembro:

- Ter nacionalidade portuguesa, salvo nos casos exceptuados por lei especial ou convenção internacional;
- Ter cumprido os deveres militares ou do serviço cívico, quando obrigatório;
- Não estar inibido do exercício de funções públicas ou interdito para o exercício das funções a que se candidata;
- Possuir a robustez física e o perfil psíquico necessários ao exercício da função.

7.2 — Requisitos especiais — são requisitos especiais os previstos no n.º 3 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 437/91, de 8 de Novembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei 412/98, de 30 de Dezembro.

8 — Métodos de selecção — os métodos de selecção a utilizar serão os de avaliação curricular e de prova pública de discussão curricular, nos termos dos n.ºs 1, 2, 3 e 6 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 437/91, de 8 de Novembro, com a nova redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 412/98, de 30 de Dezembro.

8.1 — O sistema de classificação final será o resultado da média aritmética ponderada da avaliação curricular e do resultado da prova pública de discussão curricular, considerando-se excluídos em cada um dos métodos de selecção aplicados e na classificação final os candidatos que obtiverem classificação inferior a 9,5 valores, nos termos dos n.ºs 4, 5, 6 e 9 do artigo 37.º do Decreto-Lei n.º 437/91, de 8 de Novembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 412/98, de 30 de Dezembro:

8.2 — Na avaliação curricular será utilizada a seguinte fórmula:

$$AC = \frac{1(HA) + 10(EP) + 2(FP) + 6(OECR) + 1(AGC)}{20}$$

em que:

AC=avaliação curricular;  
HA=habilitações académicas;  
EP=experiência profissional;  
FP=formação profissional;  
OECR=outros elementos considerados relevantes;  
AGC=apreciação global do *curriculum*.

8.3 — O sistema de classificação final será o seguinte:

$$CF = \frac{1AC + 2PPDC}{3}$$

em que:

CF=classificação final;  
AC=avaliação curricular;  
PPDC=prova pública de discussão curricular.

9 — Formalização das candidaturas:

9.1 — As candidaturas deverão ser formalizadas mediante requerimento dirigido ao presidente do conselho de administração do Hospital Distrital de Macedo de Cavaleiros e entregue no Serviço de Recursos Humanos, durante as horas normais de expediente, até ao último dia do prazo estabelecido neste aviso, podendo ainda ser enviado pelo correio, com aviso de recepção, desde que expedido até ao termo do prazo fixado.

9.2 — Do requerimento deverão constar os seguintes elementos:

- Identificação completa do candidato (nome, data de nascimento, estado civil, naturalidade, filiação, número e data de validade do bilhete de identidade e serviço que o emitiu), residência, telefone e número fiscal de contribuinte e número da cédula profissional;
- Categoria profissional e estabelecimento ou serviço a que o requerente pertence;
- Pedido para ser admitido ao concurso, com identificação do mesmo, mediante referência ao número, data e página do *Diário da República* onde se encontra publicado o aviso de abertura e a respectiva categoria a que concorre;
- Identificação em alíneas separadas dos documentos que instruem o requerimento;
- Quaisquer outros elementos que o candidato considerar relevantes para apreciação do seu mérito.

9.3 — Os requerimentos de admissão deverão ser acompanhados, sob pena de exclusão, dos seguintes documentos (autênticos, autenticados ou fotocópias):

- Documento comprovativo das habilitações literárias e profissionais, de acordo com o n.º 7.2 deste aviso;

- Documento comprovativo da natureza do vínculo à função pública, bem como a avaliação de desempenho relativa ao último triénio;
- Cédula profissional da Ordem dos Enfermeiros, actualizada;
- Três exemplares do *curriculum vitae* datados e assinados.

9.4 — A apresentação dos documentos comprovativos dos requisitos enunciados no n.º 7.1 do presente aviso pode ser dispensada nesta fase, desde que no requerimento do pedido de admissão ao concurso declare, sob compromisso de honra, a situação precisa em que se encontra relativamente a cada um dos requisitos.

10 — O júri reserva-se o direito de exigir a qualquer dos candidatos, em caso de dúvida sobre a respectiva situação, a apresentação de documentos comprovativos das suas declarações.

11 — As falsas declarações prestadas pelos candidatos serão punidas nos termos da lei.

12 — A lista de candidatos admitidos e excluídos bem como a lista de classificação final serão publicitadas através de aviso publicado no *Diário da República*, nos termos do n.º 2 do artigo 33.º do Decreto-Lei n.º 437/91, de 8 de Novembro.

13 — A constituição do júri é a seguinte:

Presidente — Jacinta de Fátima Pires, enfermeira-supervisora do quadro de pessoal do Hospital Distrital de Macedo de Cavaleiros.

Vogais efectivos:

Manuel dos Santos Silva Moura, enfermeiro-chefe do quadro de pessoal do Hospital Distrital de Macedo de Cavaleiros.

Lígia Maria Rodrigues Carvalho Miranda, enfermeira-chefe do quadro de pessoal do Hospital Distrital de Macedo de Cavaleiros.

Vogais suplentes:

Teresa Alzira Ramos Alves, enfermeira-chefe do Hospital Distrital de Macedo de Cavaleiros.

Maria do Carmo Santos, enfermeira-chefe do quadro de pessoal do Hospital Distrital de Macedo de Cavaleiros.

14 — O presidente do júri será substituído, nas suas faltas e impedimentos, pelo 1.º vogal efectivo.

18 de Julho de 2005. — O Presidente do Conselho de Administração, *António Albino Choupina Pires*.

## Hospital Psiquiátrico do Lorvão

**Aviso n.º 7064/2005 (2.ª série).** — Concurso interno geral de acesso para provimento na categoria de enfermeiro-chefe, da carreira de enfermagem. — 1 — Ao abrigo do Decreto-Lei n.º 437/98, de 8 de Novembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 412/98, de 30 de Dezembro, pelo Decreto-Lei n.º 411/99, de 15 de Outubro, alterado pela Declaração de Rectificação n.º 23-B/99, publicada no *Diário da República*, 1.ª série-A, n.º 303, de 31 de Dezembro de 1999, pelo Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, e pelo Código do Procedimento Administrativo, faz-se público que, por deliberações de 2 de Maio e de 3 de Junho de 2005 do conselho de administração do Hospital Psiquiátrico do Lorvão, se encontra aberto, pelo prazo de 15 dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*, concurso interno geral de acesso para provimento de um lugar vago de enfermeiro-chefe, do quadro de pessoal do Hospital Psiquiátrico do Lorvão, aprovado pela Portaria n.º 174/94, de 28 de Março, cujo vencimento corresponderá às escalões constantes da tabela e mapas anexos ao Decreto-Lei n.º 412/98, de 30 de Dezembro.

2 — Validade do concurso — o prazo de validade do concurso é de dois anos contado da data de publicação da respectiva lista de classificação final.

3 — Conteúdo funcional — as funções do enfermeiro-chefe são as constantes do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 437/91, de 8 de Novembro, na redacção dada pelo artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 412/98, de 30 de Dezembro.

4 — Condições de trabalho e regalias sociais — as genericamente vigentes para a Administração Pública.

5 — Local de trabalho — Hospital Psiquiátrico do Lorvão.

6 — Requisitos de admissão ao concurso:

6.1 — Requisitos gerais — os constantes do n.º 3 do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 437/91, de 8 de Novembro;

6.2 — Requisitos especiais — os constantes do n.º 3 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 437/91, de 8 de Novembro, com as alterações introduzidas pelo n.º 4 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 412/98, de 30 de Dezembro.

7 — Métodos de selecção — avaliação curricular e prova pública de discussão curricular, as quais terão carácter eliminatório nos termos previstos nos n.ºs 1 e 3 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 437/91, de 8 de Novembro, com as alterações introduzidas pelo n.º 5 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 412/98, de 30 de Dezembro.

7.1 — Nos termos do n.º 2 do artigo 36.º do Decreto-Lei n.º 437/91, de 8 de Novembro, a prova pública de discussão curricular deve iniciar-se no prazo de 30 dias contados da data de conclusão da avaliação curricular.

7.2 — Sistema de classificação final — o previsto no artigo 37.º do Decreto-Lei n.º 437/91, de 8 de Novembro, observado o disposto no n.º 2 do artigo 29.º do mesmo Decreto-Lei na redacção dada pelo artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 412/98, de 30 de Dezembro. Em caso de igualdade de classificação, aplicar-se-á, para desempate, o estabelecido nos n.ºs 6 e 9 do artigo 37.º do Decreto-Lei n.º 437/91, de 8 de Novembro.

7.3 — Os critérios de apreciação e ponderação da avaliação curricular e da prova pública de discussão curricular, bem como o sistema de classificação final, incluindo a respectiva fórmula classificativa, serão afixados no expositor dos Serviços Administrativos, sendo facultados aos candidatos sempre que solicitados.

8 — Formalização das candidaturas:

8.1 — As candidaturas deverão ser formalizadas mediante a apresentação de requerimento dirigido ao júri do concurso, podendo ser entregue directamente no Serviço de Pessoal do Hospital Psiquiátrico do Lorrvão, durante as horas normais de expediente e até ao último dia do prazo estabelecido neste aviso ou remetido pelo correio, considerando-se, neste caso, apresentado dentro do prazo se o mesmo tiver sido expedido até ao termo do prazo fixado neste aviso.

8.2 — Do requerimento devem constar os seguintes elementos:

- Identificação completa (nome, filiação, naturalidade, data de nascimento, número e data do bilhete de identidade e serviço de identificação que o emitiu, residência, código postal e telefone);
- Categoria profissional e estabelecimento ou serviço a que o candidato pertence, natureza do vínculo e antiguidade, na carreira e na função pública;
- Pedido de admissão ao concurso e identificação do mesmo mediante referência ao número, série e data do *Diário da República* onde se encontra publicado o respectivo aviso de abertura;
- Habilitações literárias e profissionais;
- Menção do número de documentos que acompanham o requerimento e sua identificação;
- Outros elementos que o candidato repute susceptíveis de influir na apreciação do seu mérito;
- Endereço para onde deve ser remetido qualquer expediente relativo ao concurso.

9 — O requerimento deve ser acompanhado, sob pena de exclusão, da seguinte documentação:

- Certidão, passada pelo serviço a que o candidato pertence, comprovativa de que reúne os requisitos constantes do n.º 6.1 deste aviso, bem como da existência e natureza do vínculo à função pública e do tempo de serviço na categoria, na carreira e na função pública, bem como da avaliação de desempenho do último triénio;
- Documento comprovativo das habilitações literárias ou fotocópia do mesmo;
- Documento comprovativo das habilitações profissionais ou fotocópia do mesmo;
- Documento comprovativo, actualizado, de inscrição na Ordem dos Enfermeiros ou fotocópia do mesmo;
- Três exemplares do *curriculum vitae*, devidamente assinado, devendo do mesmo constar, essencialmente, os elementos que, de acordo com o método de selecção e sistema de classificação final, serão objecto de apreciação pelo júri.

Os candidatos pertencentes ao Hospital Psiquiátrico do Lorrvão são dispensados da apresentação dos documentos comprovativos dos requisitos cujo preenchimento é exigido neste aviso, desde que os mesmos constem dos respectivos processos individuais, devendo referir o facto no requerimento.

10 — As listas dos candidatos admitidos e excluídos e de classificação final do concurso serão publicadas no *Diário da República*, 2.ª série.

11 — O júri terá a seguinte composição:

Presidente — Carlos Alberto Bem-Haja dos Santos, enfermeiro supervisor, a exercer o cargo de enfermeiro-director do Hospital Psiquiátrico do Lorrvão.

Vogais efectivos:

Maria dos Anjos Soares Freire Correia, enfermeira-chefe do Hospital Psiquiátrico do Lorrvão.

António da Fonseca Ferreira, enfermeiro-chefe do Hospital Psiquiátrico do Lorrvão.

Vogais suplentes:

Maria de Fátima Pereira Ribeiro, enfermeira-chefe do Hospital Psiquiátrico do Lorrvão.

Cidália Maria Borralho da Luz Sequeira, enfermeira-chefe do Hospital Psiquiátrico do Lorrvão.

11.1 — O presidente será substituído, nas suas faltas ou impedimentos, pela vogal efectiva Maria dos Anjos Soares Freire Correia.

19 de Julho de 2005. — A Presidente do Conselho de Administração, *Maria de Fátima Martins Cardoso Mendes*.

## Instituto Nacional da Farmácia e do Medicamento

**Aviso n.º 7065/2005 (2.ª série).** — Por despacho de 4 de Julho de 2005, no uso de competência delegada, e de harmonia com o disposto no artigo 8.º do Decreto Regulamentar n.º 61/94, de 12 de Outubro, autorizo a Sociedade AVA — Clinic, Cuidados Médicos, L.ª, sita na Praça de D. Pedro IV, 74, 3.º, A a D, 1100-202 Lisboa, a adquirir directamente aos produtores, grossistas e importadores substâncias estupefacientes e psicotrópicas e seus preparados para uso exclusivo dos doentes internados na Clínica, sendo esta autorização válida por um ano a partir da data desta publicação, e considerando-se renovada por igual período se o INFARMED nada disser até 90 dias antes do termo do prazo.

6 de Julho de 2005. — A Directora de Inspeção e Licenciamento, *Lina Santos*.

**Aviso n.º 7066/2005 (2.ª série).** — O conselho de administração do Instituto Nacional da Farmácia e do Medicamento (INFARMED), analisada a proposta DIL/2107, de 12 de Maio de 2005, da comissão de avaliação de transferências, relativa ao pedido de transferência da Farmácia Sena Padez, sita na Rua Direita, 57, na freguesia de Fatela, concelho do Fundão, distrito de Castelo Branco, formulado em 24 de Novembro de 2000, ao abrigo do n.º 16.º da Portaria n.º 936-A/99, de 22 de Outubro, alterada pelas Portarias n.ºs 1379/2002, de 22 de Outubro, e 168-B/2004, de 18 de Fevereiro;

Considerando que:

Foi requerida, em 24 de Novembro de 2000, a transferência do estabelecimento para a Avenida de Eugénio de Andrade, lote 31, localidade do Fundão, concelho do Fundão, distrito de Castelo Branco;

Foi publicado o aviso n.º 7511/2002 (2.ª série) no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 131, de 7 de Junho de 2002, por forma a possibilitar a candidatura das demais farmácias do concelho; As Farmácias Vitória, Taborda, Diamantino, Trindade Lourenço e Vale de Prazeres candidataram-se à transferência;

Nessa sede foi questionada a exactidão das distâncias indicadas pela Câmara Municipal do Fundão, tendo o INFARMED solicitado ao Instituto Geográfico Português em 10 de Julho de 2003 que certificasse as distâncias entre o local proposto para a instalação e as farmácias existentes na cidade do Fundão; O Instituto Geográfico Português, em informação datada em 24 de Outubro de 2003, declarou que o local proposto se encontra a menos de 500 m das Farmácias Avenida e Diamantino sitas na cidade do Fundão;

Tendo em conta este facto novo e atento o disposto no n.º 16.º, n.º 8, da Portaria n.º 936-A/99, de 22 de Outubro, alterada pela Portaria n.º 1379/2002, de 22 de Outubro, que permite a transferência mediante a apresentação de declarações de consentimento das farmácias mais próximas;

Nenhuma das farmácias interessadas na transferência logrou apresentar as declarações referidas;

A comissão de avaliação constituída nos termos do n.º 16.º, n.º 4, da Portaria n.º 936-A/99, de 22 de Outubro, tendo apreciado os pedidos de transferência das farmácias em causa, emitiu, quanto aos pedidos apresentados, parecer no sentido do respectivo indeferimento, por virtude de o local pretendido se situar a menos de 500 m das farmácias mais próximas, facto que contraria a alínea b) do n.º 1 do n.º 2.º da citada portaria, sendo que, no caso, nenhuma das farmácias interessadas beneficiou da excepção do n.º 8 do n.º 16.º citado;

Deliberou em sessão do conselho de administração de 20 de Maio de 2005 (acta n.º 32/CA/2005) indeferir o pedido de transferência da Farmácia Sena Padez para a Avenida de Eugénio de Andrade, lote 31, localidade do Fundão, concelho do Fundão, distrito de Castelo